

**PORTARIA Nº 584/2021**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** as informações constantes do Processo Administrativo nº 8505854-02.2021.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º **Exonerar**, a pedido, a partir de 07 de abril de 2021, FILIPE BONAVIDES ELOY, matrícula nº 22974, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, do Gabinete do Desembargador Antônio Pádua Silva e **nomear** ANA CECÍLIA ZARANZA ANTUNES para o referido cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 08 de abril de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**PORTARIA Nº 585/2021**

*Dispõe sobre suspensão de licença de servidor afastado para cursar Doutorado..*

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o que consta nos Processos Administrativos nºs 8500990-18.2021.8.06.0000 e 8505189-83.2021.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o retorno do servidor Fernando Freire Vasconcelos, Analista Judiciário, Área: Técnico – Administrativa, Especialidade: Administração, matrícula nº 9335, suspendendo o gozo de licença para estudo, nos termos da Portaria nº 501/2021, disponibilizada no DJE de 26/03/2021, com lotação na 10ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza..

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 04 de abril de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

**PORTARIA N.º 588/2021**

**Prorroga a suspensão das atividades presenciais nas unidades do Poder Judiciário cearense, isto em decorrência do recrudescimento da pandemia relacionada com a COVID-19, e dá outras providências.**

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais etc.

**CONSIDERANDO** o recrudescimento dos números de contágio e de internação pela COVID-19 e as medidas sanitárias parcialmente restritivas da locomoção de pessoas adotadas no âmbito do Estado do Ceará desde 17 de fevereiro de 2021 (Decreto Estadual n.º 33.936), bem assim a deliberação ontem adotada no âmbito do Comitê Estadual de Enfrentamento à COVID-19;

**CONSIDERANDO** o inteiro teor do Decreto Estadual n.º 33.965, publicado em 04/03/2021, que restabeleceu, no **Município de Fortaleza**, a política de isolamento social rígido como medida de enfrentamento à COVID-19, especialmente a regra inserida no respectivo art. 8º, XIII, que autorizou deslocamento de advogados para o exercício de suas atividades profissionais;

**CONSIDERANDO** o inteiro teor do Decreto Estadual n.º 34.031, publicado 11/04/2021, que prorrogou extensão para todo o Estado do Ceará da política de isolamento social rígido, como medida de enfrentamento à COVID-19, ampliando-o até **18/04/2021** e mantendo as diretrizes do Decreto Estadual n.º 33.965, de 04/03/2021;

**CONSIDERANDO** que a retomada gradual das atividades econômicas e comportamentais referida no Decreto Estadual de último referido ainda não viabiliza o restabelecimento de atividades presenciais no âmbito do serviço público;

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução n.º 06/2021, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça Estadual do Ceará, especialmente o respectivo art. 3º, bem assim o quanto disposto na Portaria n.º 376/2021, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

**CONSIDERANDO** a necessidade de contribuir para a redução da circulação de pessoas e para o isolamento social;